

O Estado do Acre

Situado no extremo sudoeste da região Norte, em plena Amazônia brasileira, o Estado do Acre ocupa área de 153.149,9 km², limitando-se ao norte com o Estado do Amazonas, a leste com o Estado de Rondônia, a sudeste com a Bolívia e ao sul e oeste com o Peru. A maior parte de seu território encontra-se em região de planalto, cortado a oeste pela serra da Contamana, que desce suavemente para a planície Amazônica, onde estão as cabeceiras dos rios Juruá e Purus, importantes afluentes do rio Amazonas. Seu clima é quente e úmido, com temperatura média anual de 25° C. O índice pluviométrico chega a alcançar 2.000 a 2.500 mm anualmente, o que explica a predominância da floresta equatorial ou Hiléia brasileira em seu território.

A bacia hidrográfica do Estado do Acre pertence à bacia Amazônica e ocupa área de 153.149,9 km². Entre seus principais rios encontram-se o Juruá, o Tarauacá, o Muru, o Embirá, o Xapuri, o Purus, o Iaco e o rio Acre.

O nome Acre origina-se de Áquiri, forma pela qual os exploradores da região transcreveram a palavra *Uwákuru*, do dialeto dos índios Ipurinã.

A população do Estado do Acre totaliza 437.419 habitantes, distribuída em 22 municípios, com densidade demográfica de 2,73 habitantes por km². A distribuição da população por sexo é equilibrada, uma vez que as mulheres correspondem a 49,4 % do total e os homens representam 50,6%. A população na faixa etária de 0 a 14 anos representa 44,1% do total; entre 15 e 59 anos, corresponde a 51,1%; e acima de 60 anos responde por 4,8% do total. A maior parcela da população do Estado encontra-se residindo na área urbana (61,85%). No meio rural vivem 38,15 % da população. A cidade mais populosa do Estado é a capital, Rio Branco, que conta com 195.943 habitantes. A segunda maior cidade em termos de população é Cruzeiro do Sul, com 66.607 habitantes, seguindo-se Tarauacá, com 27.676 habitantes, Sena Madureira, com 24.166 pessoas e Brasiléia, com 20.197 habitantes. O índice de mortalidade da população do Estado do Acre é de 4 por mil habitantes e a taxa de mortalidade infantil indica a existência de 45,93 óbitos antes de completar um ano de idade, para cada grupo de mil crianças nascidas vivas.

O chefe do Poder Executivo do Estado do Acre é o Governador, eleito por voto direto pela população, para um mandato de quatro anos. O atual Governador, Orleir Messias Cameli, eleito em 15 de novembro de 1994. O Estado encontra-se representado no Congresso Nacional em Brasília, por três Senadores e oito Deputados Federais. A Assembléia Legislativa do Estado é integrada por 24 Deputados Estaduais. Os eleitores do Acre totalizavam 263.162 em 1994.

Formação Histórica - O processo de incorporação do Acre ao Brasil decorreu do desbravamento de populações do Nordeste. que o povoaram e o fizeram produtivo.

repetindo a proeza dos bandeirantes de São Paulo, que partiram em expedições para o interior nos séculos XVI e XVII. No caso do Acre, foram as secas nordestinas e o apelo econômico da borracha - produto que no final do século XIX alcançava preços altos nos mercados internacionais - que motivaram a movimentação de massas humanas oriundas do Nordeste, para aquela região amazônica. Datam de 1877 os primeiros marcos de civilização efetiva ocorrida no Acre, com a chegada dos imigrantes nordestinos que iniciaram a abertura de seringais. Até então, o Acre era habitado apenas por índios não aculturados, uma vez que a expansão luso-brasileira ocorrida na Amazônia durante o período colonial, não o havia alcançado. A partir dessa época, no entanto, a região tornou-se ativa frente pioneira, que avançou pelas três vias hidrográficas existentes: o rio Acre, o Alto-Purus e o Alto-Juruá.

O território do Acre pertencia à Bolívia até o início do século XX, embora desde as primeiras décadas do século XIX a maioria da sua população fosse formada por brasileiros que exploravam os seringais e não obedeciam à autoridade boliviana, formando, na prática, um território independente e exigindo a sua anexação ao Brasil. Em 1899, na tentativa de assegurar o domínio da área, os bolivianos instituíram a cobrança de impostos e fundaram a cidade de Puerto Alonso, hoje Porto Acre. Os brasileiros revoltaram-se com tal providência, o que resultou na disseminação de vários conflitos, que somente terminaram com a assinatura, em 17 de novembro de 1903, do Tratado de Petrópolis, pelo qual o Brasil adquiriu, em parte por compra e em parte pela troca de pequenas áreas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso, o futuro território e depois Estado do Acre.

Problemas de fronteira também existiram com o Peru, que reivindicava a propriedade de todo o Território do Acre e mais uma extensa área no Estado do Amazonas, tendo tentado estabelecer delegações administrativas e militares na região do Alto-Juruá entre os anos de 1898 e 1902, e do Alto-Purus entre 1900 e 1903. Os brasileiros, no entanto, com seus próprios recursos, forçaram os peruanos a abandonar o Alto-Purus em setembro de 1903. Com base nos títulos brasileiros e nos estudos das comissões mistas que pesquisaram as zonas do Alto-Purus e do Alto-Juruá, o Barão do Rio Branco, Ministro das Relações Exteriores na época, propôs ao Governo do Peru o acerto de limites firmado a 8 de setembro de 1909. Com este ato completou-se a integração política do Acre à comunidade brasileira.

A partir de 1920, a administração do Acre foi unificada e passou a ser exercida por um Governador, nomeado pelo Presidente da República. Pela Constituição de 1934, o Território passou a ter direito a dois representantes na Câmara dos Deputados. Em 1957, projeto apresentado pelo Deputado José Guimard dos Santos elevava o Território à categoria de Estado, o que resultou na Lei nº. 4.070, de 15 de junho de 1962, sancionada pelo então Presidente da República, João Goulart. O primeiro governador do Estado do Acre foi o Senhor José Augusto de Araújo, eleito em outubro de 1962, com 7.184 votos.

Economia - A floresta sustenta a economia acreana e faz da indústria extrativa

vegetal a atividade fundamental da população. A composição da economia do Estado baseia-se primordialmente na extração da borracha e da castanha, e ainda na atividade pecuária. O Acre é o maior produtor de borracha do País, sendo a seringueira encontrada principalmente nas bacias dos rios Purus, Juruá e Madeira. A coleta de castanha-do-pará é também atividade básica, realizada, em geral, pelo seringueiro, como ocupação subsidiária, na época das chuvas. Sua safra não é regular. A agricultura é geralmente praticada para subsistência, mas algumas lavouras como a mandioca, o arroz, a banana e o milho, são também de importância econômica para o Estado, além de serem essenciais para a subsistência de sua população. Na pecuária destaca-se o rebanho de gado bovino (410 mil cabeças); os suínos (172,2 mil cabeças); e ovinos (26 mil unidades). Existe ainda alguma atividade industrial no Estado do Acre, voltada para a produção alimentícia, madeireira, de cerâmica e de mobiliário. O comércio é feito quase todo por via fluvial e os produtos exportados convergem em quase totalidade, para os Estados do Amazonas e Pará.

Os dados relativos à educação indicam um índice de analfabetismo de 34,8% em 1991, com a existência de 1.245 escolas de ensino fundamental em todo o Estado; 29 escolas de ensino médio; e uma instituição de ensino de nível superior.

Rio Branco - A capital do Estado do Acre ocupa área de 14.294 km², às margens do rio Acre, numa altitude de 152,5 metros. Encontra-se a 3.123 km de distância de Brasília, a capital do País. A maior parte de sua população compõe-se de mulheres, que representam 52,7 % do total, enquanto os homens respondem por 47,3 %.

A cidade originou-se do núcleo de colonização Volta de Empresa, estabelecido em 1882, durante o período de prosperidade da borracha na Amazônia. Vinte anos mais tarde, tornou-se a sede da organização de brasileiros, comandados por Plácido de Castro, que se opunham à dominação boliviana na região. Em seguida à incorporação do Acre ao Brasil, em 1903, o povoado recebeu o status de cidade. Foi nomeada Rio Branco em 1912, em homenagem ao Barão do Rio Branco, que havia negociado o Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

No centro da cidade de Rio Branco encontra-se o Museu da Borracha, que contém coleções de interesse histórico e etnográfico para turistas e estudiosos.

Seringueiros - Os seringueiros são considerados "habitantes da floresta", no sentido de que dela extraem as riquezas para a sobrevivência, de forma integrada e não depredatória. A eles interessa, mais do que ninguém, a preservação do meio ambiente, para que a selva sempre venha a lhes fornecer os frutos necessários à sua sobrevivência. À medida que grupos econômicos liderados por grandes fazendeiros da região, passaram a extrair comercialmente e de forma predatória os seringais e outras árvores da floresta do Estado do Acre, conflitos começaram a surgir entre eles e os seringueiros. Os interesses econômicos, no entanto, falaram mais alto em determinado momento. e a resistência dos seringueiros custou a vida

de seu líder, o sindicalista e ecologista Chico Mendes, assassinado em dezembro de 1988, na cidade de Xapuri, situada ao sul de Rio Branco, na junção do rio Acre com o rio Xapuri. Essa cidade tornou-se mundialmente conhecida pelos movimentos de proteção ao meio ambiente ali desencadeados, especialmente por Chico Mendes e seu grupo. Na cidade de Xapuri encontra-se hoje a Fundação Chico Mendes e o Museu Chico Mendes, instalado na casa onde vivia o ecologista/seringueiro.

Parque Nacional da Serra do Divisor - Na região cortada pela rodovia BR-364, que segue em direção à fronteira com o Estado do Amazonas, extremo noroeste do País, encontra-se o Parque Nacional da Serra do Divisor, fundado em 1989. O parque possui área de 605.000 hectares, com rica vegetação amazônica, limitando-se ao norte com o Estado do Amazonas e a oeste com a Bolívia.

Indígenas -Existem 28 áreas indígenas espalhadas pelo Estado do Acre, onde vivem cerca de 8.414 índios, numa área de 1.901.571 hectares. Desse total, 12 áreas já se encontram demarcadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), somando um total de 916.070 hectares, com uma população de 4.745 pessoas. Os restantes 3.669 índios que habitam a região do Estado do Acre, aguardam a formalização das demarcações, mas já vivem, em definitivo, em suas terras.